A EFICIÊNCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO

Tarcísio Duarte Garcia¹

Marlon Souza Luz²

RESUMO

Este estudo tem como temática a eficiência do Estatuto do Desarmamento em relação à redução do índice de homicídios causados por arma de fogo, bem como da criminalidade. O estatuto, imposto pela Lei nº 10.826/2003 teve a prerrogativa de promover o desarmamento. Nesse caso, a diminuição da criminalidade seria uma consequência natural da lei. No entanto, a partir de sua promulgação e mesmo passado algum tempo, sua eficácia tem sido amplamente questionada. Contudo, a frequente atuação dos criminosos armados colocou em discussão a eficiência do Estatuto do Desarmamento como ferramenta de combate aos crimes praticados com o uso de arma de fogo, visto que aparentemente a norma não atinge os que estão contrários à lei. Com isso surgem posicionamentos que defendem a revogação do presente diploma legal e consequente liberação do porte de arma de fogo, e outros diametralmente opostos exigem ainda mais recrudescimento da atual legislação, ambos na tentativa de reduzir os índices de crimes com o uso de armas de fogo. Ao adentrar ao tema verificou-se a existência de uma problemática acerca deste, que o presente texto expôs e buscou responder, sendo construído a partir da seguinte questão “O Estatuto do Desarmamento é um instrumento eficaz no combate aos crimes praticados com o uso de arma de fogo?” Com base em pesquisa bibliográfica, os resultados apontaram que os números sobre o desarmamento e seus resultados não são tão amplos quanto se esperava, mas que muitas vidas foram poupadas por aqueles que foram desarmados, o que significa a eficácia do Estatuto do Desarmamento.

Palavras-chave: Criminalidade. Eficácia. Desarmamento. Brasil. Armas de fogo.

¹ Acadêmico(a) do 9º período de Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Bacharel em Direito. Docente do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como temática um estudo sobre o estatuto do desarmamento, enfatizando sua eficiência na redução da criminalidade, bem como dos homicídios por arma de fogo.

O estatuto do desarmamento, esculpido na lei nº 10.826/2003, foi criado pelo Estado na busca pela redução da incidência de crimes cometidos com armas de fogo, além de permitir que as forças ligadas à segurança pública, principalmente as policiais pudessem ter um maior controle desse tipo de armamento no Brasil.

Contudo, a frequente atuação dos criminosos armados colocou em discussão a eficiência do Estatuto do Desarmamento como ferramenta de combate aos crimes praticados com o uso de arma de fogo, visto que aparentemente a norma não atinge os que estão contrários à lei. Com isso surgem posicionamentos que defendem a revogação do presente diploma legal e consequente liberação do porte de arma de fogo, e outros diametralmente opostos exigem ainda mais recrudescimento da atual legislação, ambos na tentativa de reduzir os índices de crimes com o uso de armas de fogo.

Ao adentrar ao tema verificou-se a existência de uma problemática acerca deste, que o presente texto expôs e buscou responder, sendo construído a partir da seguinte questão “O Estatuto do Desarmamento é um instrumento eficaz no combate aos crimes praticados com o uso de arma de fogo?”

Partindo do problema de pesquisa, as hipóteses que nortearam o estudo foram: I) a população brasileira necessita um processo de conscientização e educação que proporcionariam uma nova visão do porte e uso de armas de fogo; II) o enrijecimento dos requisitos para o porte e a posse de armas de fogo efetivam a redução do número de crimes com o uso desse instrumento no Brasil; III) melhores condições de trabalho aos agentes de segurança pública, e efetivação das penas impostas pelo Estatuto do Desarmamento pelo poder judiciário, para aplicação efetiva deste diploma legal.

A lei 10.826 estabelecida no ano de 2003 veio com o intuito de reduzir o alto índice de homicídios e acidentes que envolviam armas de fogo e que na maior parte dos casos estavam em posse de indivíduos despreparados, sem nenhuma condição de possuir qualquer tipo de armamento. Com a sanção do novo regulamento, passou-se a exigir requisitos básicos para que fosse possível ter uma arma, impedindo que a impunidade alcançasse pessoas de índole duvidosa, suscetíveis a erros torpes.

Após a lei nº 9.347/97 ter sido revogada, o simples fato de possuir uma arma de fogo em desacordo com o novo diploma legal, qual seja a lei 10.826/03, passou a implicar sanção penal, o que obrigou o cidadão que desejasse portar uma ferramenta de defesa, passar por todos os tramites legais, como os exames psicotécnicos e registro devido do material bélico.

Esses trâmites tiveram como função permitir que as forças de segurança pública e demais órgão ligados a essa atividade, tenham o controle de quem possua e porte, e, em casos de crimes advindos do uso dessa arma de fogo, localizar o responsável de forma mais fácil, aumentando a eficiência do trabalho policial.

No entanto, ainda há a circulação de armas ilegais no território brasileiro. Esse fluxo, na maior parte, é incentivado pelas facções criminosas que tem no tráfico de armas de fogo uma grande renda, além de se reforçarem belicamente para os combates. Portanto, o fato de ainda existir ilicitude nessa área não comprova a ineficácia do estatuto do desarmamento, assim como o tráfico de drogas não torna inútil a lei antidrogas.

O estatuto do desarmamento, em seu bojo, propôs benefícios aos que caminham em consonância com a lei, trazendo mais segurança à sociedade, impedindo que civis adotem ações prejudiciais ao convívio pacífico. No entanto, há espaços para melhorias, com enrijecimento da fiscalização, aumento do poder da polícia, fortalecimento das atividades de monitoramento fronteiro, aplicando, de fato, o disposto pela lei 10.826/03

Assim, tornou-se de fundamental importância o presente estudo como ferramenta de consulta no universo acadêmico, mas também como forma de esclarecimento e conscientização da população, considerando que, em grande parte, as críticas e os pedidos de revogação da Lei 10.826/03 advêm de pessoas que desconhecem o que de fato trata o regimento legal em estudo.

2 ESTATUTO DO DESARMAMENTO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A utilização de artefatos com o intuito de se defender ou defender seu espaço faz parte do contexto social humano desde tempos imemoriais. Segundo Vieira (2012) as armas fazem parte da defesa dos grupos sociais e mesmo dos indivíduos desde a época primitiva. Inicialmente a finalidade das armas era a caça, e depois, com a estratificação dos grupos, com a separação segundo a porção de terras, houve a obrigação de se ampliar a defesa e as armas também passaram a ser utilizadas com esse fim.

Ainda segundo o autor mencionado, a organização de exércitos para a proteção das vilas, se deu na antiguidade. Nesse tipo de defesa, as armas passaram a ser essenciais e a descoberta dos metais fez com novos artefatos passassem a ser utilizados. Outro grande salto no que tange ao uso das armas se deu no limiar da Era Moderna. O aparecimento da pólvora e a fabricação das primeiras armas de fogo possibilitava o ataque e a defesa sem a exposição dos indivíduos aos perigos.

A partir daí é possível observar que os artefatos se tornaram ainda mais letais, sendo utilizados, não apenas para a defesa, mas para o controle e imposição de medo e terror. Batista (2009) leciona que no século XX, precisamente no Pós Primeira Guerra Mundial, é que a houve o processo de industrialização da produção de armas passando a se organizar para a produção em série. Se antes todo material bélico era importado da Europa ou dos EUA, a partir da ampliação do uso de armas de fogo, sua produção também foi estendida.

Vendo nessa necessidade um meio de ampliar o mercado bélico e ao mesmo tempo o fortalecimento das forças armadas, o Brasil investiu na fabricação de armas. Mais à frente, a mesma tecnologia utilizada no armamento importado começou a ser produzida no país. A maior fábrica de armas foi a Indústria Nacional de Armas, que em 1964 encerrou suas atividades.

Para compensar a necessidade de uma produção em grande número, foi inaugurada, em São Paulo, a Pietra Beretta. Destaca-se que atualmente três empresas comandam o mercado da produção de armas, sendo a Imbel, Taurus e CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos). Contando com tais indústrias, o Brasil passou a ocupar uma das seis posições mundiais dentre os mais altos exportadores de armas pequenas, leves e munição. (ROCHA, 2016; BATISTA, 2009)

De acordo com dados da produção, exportação e vendas de armas, até o início de 2019 o Brasil estava em segundo lugar no ranking dos fabricantes de armas leves. Do mesmo modo, certifica-se que o país tenha perto de 17,6 milhões de armas, sendo que 57% dessas são ilegais. (BRASIL, 2019)

Segundo Rocha (2016), até 1997 se encontrou em vigência o Decreto-lei nº 3668/41. No decreto havia a descrição do porte ilegal de arma de fogo, classificando o ilícito como contravenção penal. “Nesse período a utilização de armas de fogo era banalizada e as penas aplicadas eram extremamente brandas diante da insegurança da sociedade.” (ROCHA, 2016, p.75)

O mesmo autor ressalta que em fevereiro de 1997, entrou em vigência a Lei 9437, com penas mais austeras e criminalização das condutas. A partir dessa lei é que surgiram os primeiros movimentos pelo desarmamento, justificados pelo aumento vertiginoso dos crimes cometidos com armas de fogo. O ano de 2003 marca uma das maiores manifestações em prol do desarmamento, uma caminhada em completo silêncio, na qual os participantes se encontravam calçados com os sapatos das vítimas das armas de fogo.

Com a repercussão da caminhada, formou-se uma comissão entre os deputados federais e senadores para discutir e formular uma nova lei voltada para os anseios da sociedade: o desarmamento da população. Acreditava-se que somente com o enrijecimento da legislação, o número de pessoas mortas a tiros poderia diminuir.

Rocha (2016) denota que após uma análise dos projetos enviados é o que Estatuto do Desarmamento teve sua gênese. Mesmo atendendo ao clamor de uma parte da sociedade, esse documento originou diversas polêmicas.

Nesse sentido, o artigo 35 da proposta de lei foi apreciado pela população, com objetivo de verificar a possibilidade de resposta sobre a permissão ou a proibição de se comercializar, não somente armas de fogo, mas também a munição. Posto isso, Menezes discorre sobre a caracterização dada pelo Estatuto do Desarmamento às sanções:

Em resumo aos precedentes do Estatuto do Desarmamento, anterior a Lei 9.437/1997 a posse irregular de arma de fogo era caracterizada como contravenção penal sendo a pena de 15 dias a 3 meses de prisão ou multa. Após a referida lei a pena passou a ser de 1 a 2 anos de prisão. Ao entrar em vigor o Estatuto do Desarmamento prevê pena de 1 a 3 anos e multa para a posse irregular de arma de fogo de uso permitido (MENEZES, 2014, p.45).

O denominado Estatuto do Desarmamento foi inserido pelo Ministério da Justiça e sua gênese veio a modificar, de forma radical, as irregularidades comutadas às armas de fogo. Nos artigos 1 e 2 da Lei do Desarmamento, como ficou popularmente conhecida, houve a instituição, bem como a delimitação da jurisdição do Sistema Nacional de Armas (SINARM), coligado à Polícia Federal. A justificativa para a instituição desse sistema se amparou na urgência da criação de um cadastro no qual as armas pudessem ser identificadas, considerando desde a produção e comercialização, até a posse e porte.

A previsão do registro de todas as armas de fogo que estejam em circulação no país se encontra no artigo 3 do Estatuto, enquanto o artigo 4 discorre sobre os requisitos necessários para a aquisição de uma arma de fogo.

Art. 4º - Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

- I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;
- II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;
- III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei. (BRASIL, 2003)

A partir da comprovação de idoneidade, capacidade e aptidão, o SNA emite a autorização para a compra da arma e sua validade se estende a todo país.

O artigo 6º do Estatuto proíbe o porte de arma de fogo ao cidadão comum. A permissão somente é possibilitada às classes de profissionais cuja função esteja coligada à segurança pública ou privada. De acordo com o artigo, “o porte de arma somente será concedido ao cidadão comum caso seja possível comprovar a necessidade efetiva, bem como haja o enquadramento nos requisitos estabelecidos pela legislação.” (BRASIL, 2003)

Para Quintela e Barbosa (2015), a conquista do direito ao uso de uma arma de fogo tem como uma das barreiras a comprovação efetiva de que essa seja realmente necessária. A crítica reside no fato de que o indivíduo, sujeitado às decisões do Estado, nem sempre entra em concordância com os requisitos, preferindo o armamento clandestino.

Há que se destacar que no artigo 11 do Estatuto do Desarmamento encontra-se imposta a cobrança de dispêndios relativos às taxas para que o registro e/ou renovação do registro de arma de fogo possa ser efetivado. Do mesmo modo, exige-se o pagamento de uma taxa de expedição e renovação do porte de arma de fogo. E caso necessite de uma segunda via desse documento será preciso o pagamento de uma taxa. Rocha (2016) destaca que o valor

dessas taxas é alto, o que restringe a quantidade de sujeitos com acesso à arma de fogo. Isso demonstra um dos aspectos eficazes da Lei do Desarmamento e tornar legal a posse e porte para aqueles que comprovem capacidade de uso de uma arma de fogo.

Por conseguinte, o artigo 12 da referida lei prevê pena de detenção, de 1 a 3 anos, e multa aos que cometerem o crime possuírem arma de fogo por meios irregulares. O artigo 14, discorre sobre a pena de reclusão de 2 a 4 anos, bem como multa cominada ao porte ilegal de arma de fogo. No artigo 16 está prevista a pena de 3 a 6 anos de reclusão, e do mesmo modo, a multa para o porte ou a posse de arma de fogo de uso restrito. (BRASIL, 2003)

2.1 ASPECTOS PARTICULARES DO DESARMAMENTO NO BRASIL

A existência de um estatuto que garanta o desarmamento tem sua justificativa no número de mortes por arma de fogo no Brasil. Embora a legislação tenha emergido de forte comoção social e sua influência na opinião pública, sua existência não é consenso. Do mesmo modo, há uma divisão entre o posicionamento dos doutrinadores e assim, uns condenam e outros defendem que a política de desarmamento somente contribuiu com benefícios, por mais que exista resistência em muitos grupos sociais.

Nascimento Filho e Moraes (2014), argumentam que mesmo com mais de uma década de vigência, e mesmo após o referendo, por mais que o desarmamento tenha pontos negativos, sua positividade se encontra na redução do número de homicídios por armas de fogo nas regiões fragilizadas pelo crime.

Santos e Menezes (2015) reforçam que os altos índices de mortes por armas de fogo, embora pequeno número de armas de fogo em mãos civis, colocam o Brasil em uma posição delicada, uma vez que seus indicadores de violência podem ser equiparados aos números oriundos de países em conflito. Por outro lado, os autores destacam que a própria população tem pautado o discurso que justifica o porte de arma estendido a todos, não para fazer justiça, mas defender suas famílias ou propriedades nas situações em que o Estado não tenha condições de cumprir seu papel de garantir a segurança. Nesses casos, a políticas educativas demonstram eficiência na conscientização da população de que o uso de arma de fogo não irá resultar na diminuição da criminalidade, podendo, em via contrária, apenas aumentá-la.

Cumprir salientar a visão defendida por Santos e Menezes (2015), na qual reforçam que o Estatuto do Desarmamento não conseguiu atender plenamente seu propósito, não por

sua ineficácia, mas por pressupor um trabalho conjunto com políticas públicas sociais que ainda não fazem parte do cotidiano brasileiro.

O Estatuto do Desarmamento teve seus primeiros efeitos no ano de 2004, quando foram apontados cerca de 48.374 homicídios no país e, após quatro anos, quando já se dava praticamente extinto o comércio ilícito de armas, esses números atingiram as incríveis marcas de 50.113 cometidos por armas de fogo, somente no ano de 2008, e no ano de 2012 um novo registro foi realizado, constatando-se um número de nada menos de 56.337 mortes por esse tipo de armamento (SANTOS; MENEZES, 2015, p.78).

A eficácia da legislação sobre o desarmamento é colocada em discussão a partir do olhar sobre o fato de que não houve uma contribuição que possa ser considerada significativa no que tange à redução do número de homicídios. Claro que são questões muito mais profundas do que a permissão pelo porte ou posse de armas de fogo. Existem aspectos históricos, sociais e econômicos que influenciam de forma contundente a criminalidade, e do mesmo modo, os índices de crimes por porte de arma de fogo. Conforme menciona Albuquerque, a Lei do Desarmamento é eficaz até certo ponto, mas esse sentido pode ser colocado à prova quando se considera a dicotomia que desarma o cidadão, mas não consegue combater a criminalidade.

Observando todos os números, é possível constatar que a lei não contribuiu de maneira significativa para a redução de homicídios, provocando ainda um grande desequilíbrio no fluxo de armas no país, causando um efeito essencialmente contrário ao que se esperava. A real execução dessa ideologia experimental do desarmamento terminou por revelar que a diminuição das armas com circulação legal no país estimulou um crescente considerável na quantidade de mortes propositalmente violentas (ALBUQUERQUE, 2013, p.96).

Destaca-se que ao se comparar as políticas de desarmamento do Brasil com as de outros países, o mesmo resultado é verificado: o aumento nos índices de criminalidade. No entanto, não é de se esperar que a eficácia seja comprovada somente em curto prazo. É nesse aspecto que se instaura a urgência de se alinhar as propostas de políticas de combate ao crime à premência de uma legislação que seja efetiva no desarmamento da população.

[...] com a adoção da política de desarmamento em países mais desenvolvidos, a redução da criminalidade só foi observada quando os Governos fizeram investimentos em políticas e ações de combate ao crime organizado, planejaram programas educativos para a sociedade, troca recíproca entre as polícias a fim de realizar uma luta eficiente contra facções, e estabeleceram a intervenção das forças armadas contra agitações populares (ROCHA, 2016, p.87).

A necessidade dessas políticas públicas efetivas, não somente voltadas para o desarmamento, mas ao combate da criminalidade como um todo é reforçada por Vieira (2012). Segundo uma pesquisa mencionada pelo autor, no Brasil é mais fácil comprar uma arma de fogo pelos meios ilícitos do que pelos lícitos. Essas afirmativas foram reforçadas ao se verificar que, por meio de um estudo realizado com encarcerados, 85% afirmaram que adquirir uma arma no mercado negro é muito fácil. Assim, comprova-se que a legislação do desarmamento é eficaz, mas seus agentes não estão preparados para colocá-la em prática em toda sua amplitude.

Para muitos, o desarmamento trouxe ainda mais violência para o cotidiano das pessoas. Esses, ao defenderem a eficácia do armamento, reforçam que desarmar civis foi um projeto desarticulado do Estado, na tentativa de reduzir a criminalidade. Enquanto esses defendem o armamento, os favoráveis ao Estatuto do Desarmamento reforçam que ao retirar as armas das mãos dos civis, os índices de homicídios por motivos torpes podem ser reduzidos.

Em contrapartida, há os que defendem que mesmo não tendo armas de fogo, os crimes continuam ocorrendo, pois os sujeitos, quando ensejam cometer um homicídio irá se valer de outros meios. Assim, justificaria uma política eficaz de combate ao crime que abarcasse o desarmamento, mas que investisse peremptoriamente na reformulação dos contextos sociais fragilizados que levam os indivíduos ao mundo do crime.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a eficácia do Estatuto do Desarmamento na redução da criminalidade e do índice de homicídios por arma de fogo no Brasil.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir o percurso histórico do Estatuto do Desarmamento considerando a emergência das armas e sua evolução;

- Comentar os preceitos que norteiam o Estatuto do Desarmamento e sua influência social
- Compreender as possibilidades do Estado em garantir a redução da criminalidade a partir do Estatuto do Desarmamento.
- Avaliar a positividade expressa pelo Estatuto do Desarmamento na diminuição de crimes praticados com arma de fogo.

4 METODOLOGIA

O método é a forma de escolha, de selecionar técnicas, de apreciar meios para a atuação científica.

Segundo Lakatos e Marconi (2007, p.12), a metodologia é a junção das atividades metódicas e racionais que, com maior firmeza e economia, admite atingir a finalidade. Na perspectiva das referidas autoras, a pesquisa científica determina-se quanto: aos métodos/sistemáticas, quanto às técnicas/prática de obtenção de informações, quanto às finalidades/objetivos, e quanto às formas/maneira de abordagem do tema.

De acordo com Gil (2007, p.14), “a pesquisa quanto aos objetivos se distribui em: exploratória, descritiva e explicativa.” Segundo o autor, a pesquisa exploratória tem como finalidade oferecer ampla conexão com a problemática, com maior possibilidade de torná-la mais evidente ao instituir as hipóteses. Já a pesquisa descritiva procura retratar as características de certas populações ou manifestação ou instituição de relações entre variáveis. E finalmente, o autor conclui que a pesquisa explicativa será aquela que objetiva identificar os elementos que indicam ou proporcionam para que haja o acontecimento dos fenômenos.

Dessa forma, quantos aos objetivos, a pesquisa foi do tipo exploratória, pois examinou a fundo o conhecimento dos preceitos existentes; e explicativa, porque irá objetivar aos elementos para o acontecimento dos fenômenos.

Segundo Lakatos e Marconi (2007), os procedimentos de análise tratam da maneira como se encaminha a investigação, por meio de referenciais teóricos divulgados em documentos, procurando conhecer e examinar as contribuições culturais ou científicas do passado que subsistiam acerca de determinado tema, problema ou assunto.

Ainda na perspectiva dos autores, quanto aos procedimentos de pesquisa determina-se em: Estudo de Caso, Levantamento, Bibliográfica, Documental, Participante, Estudo de Campo, Experimental e *Ex Post Facto*.

O Estudo de Caso tem característica pela análise de um único acontecimento, é escolhido pelos pesquisadores que almejam examinar mais a fundo seus conhecimentos no tocante à determinado fato específico, de forma a admitir amplos conhecimentos pormenorizado do estudo.

A pesquisa de levantamento utiliza a interrogação imediata das pessoas no qual sua conduta se quer conhecer. Lakatos e Marconi (2007) conceituam a pesquisa Bibliográfica por sua vez, como sendo criada de acordo com material já produzido, constituído, principalmente, de artigos científicos e livros, com o objetivo de conciliar diversas publicações distintas, com base em materiais que ainda não receberam devida conservação analítica ou que podem ser reorganizadas de acordo com as finalidades da pesquisa.

A pesquisa Participante será aquela caracterizada pela conexão entre os pesquisadores e os órgãos dos casos investigados, “contudo, não é reclamado uma atitude por parte dos indivíduos ou grupos especificados na pesquisa” (GIL, 2007, p.28).

Para Lakatos e Marconi (2007, p.31), a pesquisa de campo é empregada com a “finalidade de obter informações acerca de um problema para o qual se busca uma resposta, revelando novos fenômenos.”

Na perspectiva de Gil (2007, p.29), a pesquisa experimental se baseia em indicar um objeto de estudo, escolhendo as variáveis que teriam condições de exercer influência sobre estes, atestando as formas de controle e de análise das consequências que a variável realiza no objeto. Lakatos e Marconi (2007, p.33) sustentam que a pesquisa *Ex Post Facto* é uma “análise exercida após a ocorrência dos fatos, na ocasião em que o pesquisador investiga um fenômeno já realizado, em uma hipótese e não outra, e em sequência, pretende encontrar os prováveis motivos ou fatores que produziram essas manifestações.”

Diante dessas definições, o propósito da pesquisa foi definido como bibliográfica, uma vez que foi elaborada a partir de material já produzido, com divulgação de outros autores, constituindo junção dos conhecimentos acerca da temática.

O método de abordagem pode ser classificado em indutivo, dedutivo, dialético e hipotético-dedutivo.

De acordo com Lakatos e Marconi (2007, p.36), “os métodos se constituem de procedimentos gerais que são incumbidos pela reflexão lógica discursiva acerca do progresso das fases de uma pesquisa.”

Perante as conceituações expostas, o presente trabalho utilizou o método dedutivo, uma vez que todas as indagações informativas examinadas têm como finalidade explicar, desenvolver a matéria/conteúdo, atingindo a uma proposição verdadeira.

A abordagem de um problema de pesquisa pode ser classificada em quantitativa e qualitativa. A pesquisa qualitativa é o meio do raciocínio a ser seguido, expondo a complexidade de certa problemática, examinando a complementação de determinadas variáveis, com exame mais minucioso no tocante aos fenômenos em estudo.

Trata-se de um exercício da ciência, que tem como intuito a construção da realidade, assimilando e classificando os procedimentos vivenciados por conjuntos sociais. Já a pesquisa quantitativa é caracterizada pela utilização de instrumentos estatísticos, na coleta e no processamento das informações, este procedimento não procura a complexidade do conhecimento da realidade dos fenômenos e inquieta-se com a conduta geral dos conhecimentos. (LAKATOS; MARCONI, 2007)

Assim, diante do exposto, a pesquisa em tela foi qualitativa, uma vez que teve como prerrogativa investigar o assunto do problema, denotando a realidade aprofundada da temática em estudo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

No intuito de embasar a defesa de uma tese positiva sobre a eficácia do estatuto do desarmamento no Brasil, esse espaço será utilizado para uma pequena avaliação em números, conforme segue.

Segundo a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), até o ano de 2018, o Brasil computava mais de 1 milhão de mortos, vítimas de disparo de armas de fogo. Quando se analisa outras questões, tais como quantidade de mortos entre pobres e/ou negros, as pesquisas indicam que morrem mais negros vitimados por armas de fogo do que brancos. No ano-base de 2014 (com estudos ainda sendo atualizados), as armas fizeram 4 vezes mais vítimas do que a AIDS (FLACSO, 2020). Destaca-se as políticas voltadas para o controle do

uso de armas de fogo, sancionadas no ano de 2004, foram positivas, no sentido de se evitar perto de 135.000 homicídios.

Em 2016, o Brasil ocupou a 10ª posição no ranking dos países com maior número de mortes por armas de fogo. Segundo o Mapa da violência (IPEA, 2016), foram registradas 44.861 mortes. Em 2017, data da última pesquisa, foram 47.510 homicídios. Ainda de acordo com o IPEA, de cada 100 habitantes, em 2003, ou seja, anteriormente ao Estatuto do Desarmamento, 22 morreram por arma de fogo. Após o estatuto, esse número se estabilizou, chegando a 22,4/100 em 2014.

Os jovens são a maioria das vítimas de violência por armas de fogo. A faixa etária varia entre 15 e 29 anos. “No conjunto da população, o número de homicídios por arma de fogo passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014 – um crescimento de 592,8%. Entre a juventude, pulou de 3.159 para 25.255 nesse mesmo período, um aumento de 699,5% (IPEA, 2016, s.p.).

Na edição de 2016 do Mapa da Violência, registra-se que em 2014 a média diária de mortes por arma de fogo alcançou o índice de 123, o que significou que 5 pessoas eram mortas a cada hora. A partir desses números, o IPEA concluiu que o estatuto do desarmamento, a partir de 2003, fez com o número de homicídios por armas de fogo fosse diminuído. Ainda de acordo com o instituto, 133.987 vidas foram salvas na década base, de 2004 a 2014. Do mesmo modo, o uso da arma de fogo considerando os homicídios registrados no Brasil, havia subido de 36,8% para 70,7% entre os anos de 1983 e 2004. Após a promulgação do Estatuto e da Campanha pelo Desarmamento, registrou-se uma estabilização, mantendo-se na casa dos 70%. Destaca-se que houve uma alta no ano de 2012, o que reforçou a necessidade de políticas educativas no intento de esclarecer sobre a importância do desarmamento.

Partindo dos números registrados pelo IPEA, compreende-se o discurso de Trevisan (2016), ao afirmar que

[...] a violência não se erradica apenas com o desarmamento. O que se tira é a letalidade da violência [...] A contínua distribuição de armas, o lobby das empresas fabricantes representadas por diversos personagens dentro do Legislativo e do Judiciário, está levando o País a uma carnificina de brasileiros a nível nacional (TREVISAN, 2016, s.p.)

Destaca-se que o Brasil vive uma cultura do armamento, na qual há uma ideia de que o cidadão armado terá maiores e melhores condições de defender seu patrimônio. No entanto,

pelo seu traço econômico, histórico e mesmo cultural, os pesquisadores e dentre eles, Fischer (2017), defendem que no país, uma política de armamento não poderia ser eficaz na proteção do indivíduo.

O que demonstra a eficácia na diminuição dos homicídios não se encontra diretamente direcionado ao desarmamento, uma vez que a população ainda se sente insegura, justamente por não agregar o sentimento de segurança e efetividade do poder público em sua proteção. A eficácia é demonstrada na queda de homicídios por motivos torpes, como por exemplo, em brigas de trânsito. Rolin (2017) destaca que não é possível considerar que as armas de fogo foram feitas para proteger. Na realidade elas apenas passam uma falsa sensação de segurança. De acordo com o autor mencionado, entregar uma arma à população que esteja moral e socialmente abalada, significa não apenas conceder meios para que esta aja conforme seu ânimo e vontade, mas dotá-la de condições de agir conforme os mesmos criminosos dos quais tem medo.

Segundo Rolin (2017) a população brasileira vive um redemoinho emocional que a deixa vulnerável aos sentimentos e fatos que ocorrem. Desse modo, o desarmamento não apenas diminui a criminalidade, como evita que indivíduos somente movidos pela emoção momentânea e de posse de uma arma de fogo, queira tomar providências para resolver problemas que poderiam ser solucionados de outra forma.

O psicólogo Dalton Fischer provoca uma reflexão ao afirmar que “A questão de liberação do porte de armas ainda é um ponto que merece muita discussão, principalmente sobre a consciência e a maturidade do cidadão brasileiro para ser responsável em guardar e utilizar uma arma de fogo de forma segura e responsável (FISCHER, 2016, s.p).” Desse modo, o desarmamento é eficaz a partir da reflexão de que tanto a utilização, como o manuseio de uma arma de fogo requer treinamento, segurança e equilíbrio psicológico, e principalmente saber o momento correto de utilizar, o que o brasileiro, com suas características não domina completamente.

Outro fator que destaca a efetividade do estatuto do desarmamento se encontra no combate ostensivo ao comportamento violento do brasileiro. Quando se trata do pretense armamento, são citados os Estados Unidos como exemplo do que creem ser uma experiência positiva de defesa da propriedade. Entretanto, ainda que não seja esse o foco deste estudo, há que se ressaltar o grande número de homicídios cometidos por indivíduos com seu próprio armamento, como ocorreu no conhecido massacre de Columbine.

O Brasil copia a cultura do armamento norte-americano, mas não consegue copiar as mesmas garantias, ainda que em tese, de segurança e habilitação para o uso de armas de fogo. Isso ocorre porque mesmo com algumas regiões onde as armas são liberadas, essas possuem baixíssimos índices de homicídios justamente pelo fato de a segurança pública ser altamente eficaz. No Brasil o que se tem, na realidade, é uma polícia ineficaz na execução de seus deveres, mal equipada, desvalorizada e sensível à corrupção. Por causa desse fator, a população sente que estará mais segura armada, quando na realidade a deficiência nas políticas públicas de segurança, além do sentimento de impunidade e medo não colaboram positivamente para a justificativa da posse de armas de fogo.

6 CONCLUSÃO

O tema do desarmamento é, e ainda será um elemento delicado a ser discutido, seja nas esferas sociais ou nas jurídicas, gerando sempre dois posicionamentos que tendem a ser polarizados, apontando a necessidade de se armar a população para que esta possa exercer um “direito” de se defender, assim como o de desarmar o indivíduo na tentativa de garantir um mínimo de segurança àqueles que se encontram nos arredores.

Nas leituras realizadas para balizar este estudo, observou-se que grande parte dos autores pesquisados defendem que a Lei nº 10.826/2003, o Estatuto do Desarmamento, não tenha surtido eficácia no sentido de se diminuir de forma drástica o número de homicídios por armas de fogo. No entanto, ainda que tais números não sejam vistos como contundentes, a pesquisa demonstrou que houve uma queda efetiva nas mortes causadas por armas de fogo. Isso significa que menos pessoas foram assassinadas, principalmente por motivos torpes, como ocorre em grande número de casos.

Sobre a eficácia do desarmamento é preciso pontuar que as vidas que são poupadas, ainda que não figurem os índices gerais, representam muito para seus entes e por isso, desarmar se mostra como a melhor solução. Os estudos demonstraram que os aspectos comportamentais típicos do brasileiro, principalmente em querer resolver seus conflitos na base da truculência e da violência, o diversifica dos indivíduos de países em que o armamento é liberado. Desse modo, desarmar, ainda que em pequeno percentual, configura-se na melhor solução.

Outro aspecto abordado no trabalho, diz respeito à falta de controle sobre as armas, uma vez que não se sabe ao certo, o quantitativo de armas de fogo que não se encontra legalizadas. Mediante isso, além de desarmar o cidadão, há que se considerar a emergência de uma política de controle que seja efetiva, pois isso alimenta a ideia de que ao desarmar o cidadão, arma-se os bandidos. Mesmo diante do poderio de fogo que circula nas mãos de facções e associações para o crime, armar o civil só trará prejuízos ainda maiores. Analisando a realidade brasileira, consagra-se que a falta de uma política pública que seja efetiva no combate ao crime, alimenta ainda mais as situações de violência, mas que a solução não seria armar o cidadão comum, mesmo que este sintasse-se mais protegido portando uma arma de fogo. Isso recai justamente na forma como o brasileiro tende a resolver suas contendas, agindo de forma impensada, no calor das emoções.

Assim, fica claro que o desarmamento é eficaz, ainda que de forma mínima, mas não é possível a ilusão de que seja efetivo como ferramenta única, isso depende muito da forma como as políticas são implantadas perpassando principalmente pelos aspectos socioculturais que regem o Brasil. Significa que mais do que desarmar, é preciso preparar o brasileiro para fazer uma gestão ponderada de seus conflitos, além de concretizar ações que realmente combata o crime. Prova-se a efetividade do Estatuto do Desarmamento em números, que por mais que oscilem ou estejam aquém do esperado significa a manutenção da vida.

***THE EFFICIENCY OF THE DISARMAMENT STATUS IN THE
REDUCTION OF CRIMINALITY AND HOMICIDE BY FIREARMS***

ABSTRACT

This study deals with the efficiency of the Disarmament Statute in terms of reducing the rate of homicides caused by firearms, as well as crime. The statute, imposed by Law No. 10,826 / 2003 had the prerogative to promote disarmament. In that case, the decrease in crime would be a natural consequence of the law. However, since its enactment and even after some time, its effectiveness has been widely questioned. However, the frequent action of armed criminals has put into question the efficiency of the Disarmament Statute as a tool to combat crimes committed with the use of firearms, since apparently the rule does not affect those who are against the law. As a result, there are positions that defend the revocation of the present legal diploma and the consequent release of the possession of a firearm, and other diametrically opposed ones demand even more resurgence of the current legislation, both in an attempt to reduce the crime rates with the use of firearms. . Upon entering the theme, there was a problem about it, which the present text exposed and sought to answer, being built from the following question “The Disarmament Statute is an effective instrument in combating crimes committed with the use of weapons of fire? ” Based on bibliographic research, the results showed that the figures on disarmament and its results are not as broad as expected, but that many lives were spared by those who were disarmed, which means the effectiveness of the Disarmament Statute.

Keywords: Crime; Efficiency; Disarmament; Brazil; Firearms.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.P. *A política de desarmamento no Brasil e sua relação com a concessão do porte de arma*. Monografia (Graduação). Faculdade de Direito de Presidente Prudente. Presidente Prudente/SP, 2013. Disponível em < intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Juridica/article/view.> Acesso em maio de 2020.

BATISTA, Liduina Araújo. *O uso de armas de fogo no Brasil, a Violência e o Estatuto do Desarmamento*. 2009. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1372> Acesso em maio de 2020.

BRASIL. *Dados da produção, exportação e vendas de armas*. 2019. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/noticias/brasil/brasil-e-o-2-maior-fabricante-de-armas-leves-pais-tem-17-6-mi-de-armamentos>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL. Palácio do Planalto. *Estatuto do desarmamento. Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm> Acesso em maio de 2020.

BRASIL. Palácio do Planalto. *Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997*. Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9437.htm> Acesso em maio de 2020.

FLACSO. *O Estatuto do desarmamento deve ser revogado? Não – menos armas, menos mortes*. 2020. Disponível em <<http://flacso.org.br>> Acesso em maio de 2020.

FISCHER, Dalton Fernando: depoimento [maio. 2017]. Entrevistador: SHMOLLER, Henrique FAMEG, 2017. Entrevista concedida 26/05/2017. Disponível em <<http://flacso.org.br/?p=16752>> Acesso em maio de 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. 10. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

MARCONI, Mariana de; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6.ed. – 5 ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, Alex F. S. *Do direito do cidadão de possuir e portar armas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

NASCIMENTO Filho, J. R. M., DE MORAIS, F. R. P. Estatuto do desarmamento e a sua eficácia no tocante a redução da violência no país. JURIS RATIONIS-ISSN 2237-4469, 7(1), 33-46, 2014. Disponível em <<https://repositorio.unp.br/index.php/juris/article/view/516>> Acesso em abril de 2020.

QUINTELA, F; BARBOSA, A. Mentiram para mim sobre o desarmamento. São Paulo: Vide, 2015.

ROCHA, L.V. O Desarmamento civil e a violência no Brasil. Monografia (Graduação). Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em < <https://docplayer.com.br/52951111-O-desarmamento-civil-e-a-violencia-no-brasil.html> >. Acesso em abril de 2020.

ROLIN, A. D. F. *Desarmamento: uma questão*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SANTOS, C.V.L.; DE MENEZES, J.R.V.T. *O fracasso do Estatuto do Desarmamento*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Tiradentes. 2015. Disponível em <<https://www.google.com/search?client=firefox-d&q=O+fracasso+do+Estatuto+do+Desarmamento>>. Acesso em abril de 2020.

TREVISAN, Maria Carolina. *O Brasil é o país que mais mata por arma de fogo no mundo*. Revista Brasileiros, 2016. Disponível em <<http://flacso.org.br/?p=16752>> Acesso em maio de 2020.

VIEIRA, A.P. *A ineficácia do Estatuto do Desarmamento na redução da criminalidade*. Monografia (Graduação). Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Francisco Beltrão-PR, 2012. Disponível em < <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52868/a-ineficacia-do-estatuto-do-desarmamento-na-reducao-da-criminalidade>>. Acesso em maio de 2020.